

INFORME PUBLICITÁRIO



SINDICATO DOS SERVIDORES DA FAZENDA DO ESTADO DA BAHIA

Consolidando Vitórias

MUDANÇAS NA SEFAZ DEVEM REFLETIR A VOZ DAS URNAS

O governador Jaques Wagner decidiu mexer na sua equipe de governo e o economista Manoel Vitório da Silva Filho, no último dia 15, tomou posse como o novo secretário da Fazenda no lugar de Luiz Petitinga.

O governador, em entrevista à imprensa, disse que esta alteração seria para dar uma oxigenada na gestão. Portanto, Wagner usou o “oxímetro político” e aferiu o baixo desempenho técnico da gestão nuclear da Sefaz.

Desde maio do ano passado o Sindsefaz vem alertando o governo e a sociedade sobre o equivocado rumo político que a Sefaz vinha tomando.

O professor Luiz Petitinga, respeitado quadro da UFBA, ao compor a sua equipe na Sefaz com gestores formados em governos passados, de viés ideológico diametralmente oposto aos ventos soprados pelo povo baiano nas últimas eleições, carimbou a sua rápida história na Sefaz.

Atraído por requentado discurso de uma suposta eficiência técnica, foi convencido de que o desempenho da arrecadação melhoraria com a simples mudança de cargos na Sefaz. A partir daí, delegou funções de comando indelegáveis e sucumbiu ao perder o controle da máquina fazendária.

Cometeu, na nossa opinião, outros dois equívocos claros de gestão: a) precipitou a instalação do sistema FIPLAN (ferramenta de planejamento, monitoramento e avaliação da execução orçamentária), criando confusão e gerando falta de pagamento a vários fornecedores do Estado; b) adotou uma política equivocada de concessão de benefícios fiscais (regimes especiais com redução de base de cálculo) para empresas atacadistas, criando insatisfação nos demais segmentos empresariais.

Já havíamos destacado, em outras notas, que o desempenho da arrecadação de tributos na Bahia tem que ser analisada do ponto de vista estrutural, pois a Bahia possui peculiaridades econômicas que impedem crescimentos expressivos de arrecadação.

A Secretaria da Fazenda tem realizado, ao longo de décadas, com zelo e profissionalismo, suas funções precípuas de tributar, arrecadar, fiscalizar e gerir as receitas estaduais. Ademais, paga as despesas planejadas, orçadas e executadas por todas as Secretarias de Estado, inclusive sem controle prévio, o que é um outro equívoco. A crise financeira do Estado, portanto, não decorre apenas de problemas na arrecadação, nem é recente.

Vale lembrar que em julho de 2006, em plena campanha eleitoral, o então governador Paulo Souto foi forçado a baixar um decreto de contingenciamento de despesas (nº 10.052/06) diante da crise financeira instalada. E após perder a eleição deixou uma herança de despesas de exercícios anteriores e restos a pagar estimada em cerca de R\$ 800 milhões. Registre-se que relatórios técnicos do Tribunal de Contas do Estado (TCE) mostram que o Estado

não contava com disponibilidade de caixa suficiente desde 2002. E, mesmo assim, aquele governo foi, por demais, generoso na concessão de benefícios fiscais a grandes empresas nos anos de 2003 e 2004.

Então, como é possível afirmar que a crise financeira da Bahia foi gerada a partir de 2007, como alguns apontam? Outra pergunta que não quer calar: os gestores que colaboraram no passado com esse quadro de penumbra financeira no Estado podem ser apontados como solução para a Sefaz no governo atual?

Audidores, agentes e técnicos da Sefaz têm se esforçado muito para recuperar recursos sonegados e fiscalizar de forma presencial, apresentando resultados positivos. Porém, a ferramenta mais eficaz de incremento de arrecadação na Bahia tem sido a aplicação de políticas tributárias com aumento das alíquotas de alguns tributos. E isso justifica o crescimento da arrecadação em alguns setores este ano.

Fica claro, então, que não há gestão mágica para combater crises financeiras nos estados, afinal, há um claro esgotamento do modelo tributário no Brasil que se revela com força na Bahia.

Em síntese, as dificuldades recentes surgiram com: a) a crise econômica mundial de 2008, que afetou o desempenho do segmento petroquímico - carro chefe da arrecadação no Estado; b) a desoneração de tributos federais de preços administrados - como a energia - que diminuiu os repasses do Fundo de Participação dos Estados (FPE); c) a desoneração de imposto estadual para garantir o fortalecimento do Polo Petroquímico de Camaçari; d) a pior seca das últimas três décadas. Esses foram fatores importantes que impactaram negativamente na arrecadação estadual baiana nos últimos anos.

O governo precisa, então, continuar valorizando o esforço da fiscalização exercida pela equipe da Sefaz, que aumentou de 2007 para cá em mais de 60% a arrecadação de ICMS do Estado, mesmo com todo esse cenário adverso. Precisa, fundamentalmente, aumentar os investimentos em infraestrutura econômica, imprescindíveis para que o Estado se estabeleça num ciclo virtuoso de prosperidade, com ações de construção, recuperação e ampliação de rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias, promovendo a descentralização industrial e estimulando mais os investimentos privados na Bahia. Aí, junto com o Parlamento, lutar por uma Reforma Tributária que favoreça os mais carentes para promover, de fato, a tão esperada justiça social.

Por fim, é com esse espírito que o Sindsefaz saúda o novo titular da Secretaria da Fazenda e sugere que este procure conhecer bem os atores do novo cenário político que acaba de estreitar, ao tempo em que se coloca a favor da construção de uma política tributária, de curto, médio e longo prazo, para melhor atender aos interesses do povo baiano.